



escritos  
indígenas



Em busca de políticas públicas  
para efetivação da educação  
escolar indígena diferenciada  
In search of public strategies for effective  
differentiated indigenous schooling

Bruno Ferreira\*

Durante a última de década de 1990 venho participando de discussões sobre educação indígena e atuei na coordenação do Magistério específico de formação de professores kaingang para as séries iniciais, ministrado pela Universidade de Ijuí (Unijuí), no município de Bom Progresso (RS) de 1993 a 1995. Fui professor o Curso Vãfy – Magistério Específico para professores kaingang de 2001 a 2005 sobre o auspício da Universidade de Passo Fundo - UPF e Universidade de Ijuí - UNIJUI, em conjunto com lideranças indígenas kaingang. Tenho atuado como professor, prestando assessoria nos cursos de formação continuada para professores Kaingang, junto às Secretarias de Educação do Paraná e do Rio Grande do Sul, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI, em Santo Ângelo, trabalhei como pesquisador sobre as danças kaingang e por fim venho prestando consultoria na Universidade Federal da Grande Dourados, específica as equipes de escolas indígenas, do Programa PROJovem DO CAMPO na Faculdade de Ciências Humanas/UFGD.

Trabalhei por três anos como professor em sala de aula, na terra indígena de Votouro-RS, atualmente moro na terra indígena de Guarita, essa experiência de sala de aula foi muito importante e o suficiente para perceber que as políticas indigenistas têm se caracterizado, ao logo da história do Brasil, por práticas de omissão e discriminação, e no campo educacional têm se reproduzido em geral, os programas de educação escolar rural em português, para as terras indígenas, fazendo com que a cultura e a língua indígena sistematicamente sejam des-

\* Professor de História, especialista em Educação, Diversidade e Cultura Indígena - Terra Indígena Guarita/RS. E-mail: brunokaingang@yahoo.com.br.

valorizadas e silenciadas. Sendo assim, substituída pela língua e cultura nacional. Diante dessa situação, optei em atuar em programas de formação de professores e produzir reflexão no que refere a educação escolar indígena, tendo como base as escolas kaingang.

Com a implantação de uma nova legislação (Constituição de 1988), que garante a especificidade na educação dos povos indígenas, vêm se realizando cursos de formação de professores, na suposição de que venham a garantir uma educação de qualidade nas comunidades indígenas. Assim sendo, as tematizações do currículo e da formação especializadas de professores devem ser objetos de reflexão fundamental, exigindo políticas integradas de ensino e pesquisa para buscar a formulação de princípios pedagógicos, antropológicos e linguísticos que irão ajudar a dar direção nas diferentes realidades vividas pelos kaingang.

Salienta-se que programas de educação escolar em comunidades indígenas têm repercussões imediatas e futuras nas relações sociais internas, e nas concepções indígenas acerca da sociedade e de mundo, fortalecendo ou enfraquecendo as crenças e valores sociais próprios de cada povo. Então é indispensável que o professor indígena esteja preparado e habilitado para operar numa realidade de mudanças e de apelos, às vezes contraditórios, sobre as crianças e o jovem indígena. Para isso é preciso definir algumas linhas de ação da educação indígena, levando em conta as diversas concepções de políticas educacionais propostas nos diversos programas de formação de professores indígenas kaingang.

Percebe-se então, que a questão indígena fica situada em cenário de marginalização. Então é necessária uma política pública que garanta os direitos dos kaingang a uma especificidade. O grande exemplo é a junção da educação indígena e a educação no (do) campo no mesmo setor na Secretaria de Educação, como se fosse a mesma coisa, e ainda mais quilombolas e ribeirinhos como se fossem todos iguais.

Nesse contexto, as políticas de extinção das populações indígenas, iniciadas desde o processo de conquista e colonização do Brasil, continuam presentes no ideário das políticas. Não ter lugar no mercado competitivo e não se enquadrar convencionalmente no sistema transnacional e na onda da globalização é o desafio atual da resistência das populações indígenas.

O processo de reconhecimento da pluralidade cultural e étnica, na América Latina, tem sido liderado pelos povos indígenas. Em relação ao reconhecimento no âmbito constitucional, no Brasil, os Indígenas conseguiram importantes conquistas, com o capítulo específico na Constitui-

ção Federal e avanços na LDB, dedicados as suas questões e onde são reconhecidos como sujeitos e não como objetos sem capacidade de autogestão e, portanto, tutelados do Estado integracionista e autoritário.

Dessa maneira, os índios não vivem, e nem querem viver, isolados em mundos perdidos no tempo e no espaço, mas querem ter o direito de ser diferente. Por mais que a noção de Reserva Indígena possa nos levar a uma leitura de Confinamento Indígena, as fronteiras são constantemente violadas nos contatos estabelecidos. Daí a luta pela terra e para garantias as gerações futuras. A tecnologia, formas de organização, modelos agrícolas, modelo econômico e bens de consumo chegam às terras indígenas e são elementos ativos, mesmo que de maneira particular e específica, do processo histórico dos índios. Toda esta nova situação de contato com a sociedade nacional impõe exigências que os povos indígenas começam a assumir, através das suas organizações e da criação de novas lideranças. Ai entra a luta para uma educação diferenciada.

Os Kaingang possuem seus próprios meios de produzir e transmitir os conhecimentos necessários à realização de trabalho que garanta a sobrevivência da comunidade e a transmissão das tradições culturais. Estes conhecimentos são produzidos com a experiência, a vivência e, aprendidos pela oralidade. As crianças vivem no meio dos adultos observando o trabalho, imitando alguns de seus atos, praticando brincadeiras que contribuem com o seu desenvolvimento cognitivo.

O fato de o conhecimento ser aprendido de forma espontânea não significa dizer que as crianças não sejam orientadas, em diversos momentos, por seus pais, parentes e demais membros de sua comunidade. As crianças e jovens são orientados, no decorrer de seu desenvolvimento, em tudo aquilo de que vão precisar saber quando forem adultos para ocuparem seus lugares na organização social.

Os kaingang possuem um grande conhecimento acumulado, seja da matemática, do local onde vivem (geografia), os ciclos da natureza, a fauna e a flora (biologia), técnicas e medicamentos naturais com poder de combater muitas doenças. Têm conhecimentos históricos, entendem e explicam a origem do mundo, da sociedade através de mitos que são passados de geração para geração, possuem conhecimentos da agricultura sabendo as épocas de plantio e de colheita, o manejo das sementes e os cuidados que se deve ter com a terra.

Porém, os conhecimentos milenares vão sendo esquecidos e/ou substituídos devido às alterações ocorridas no ambiente, devido ao contato e ao indigenismo oficial, através das escolas, das igrejas, da socieda-

de envolvente que atraem sobre suas terras e fazem com que as gerações, percam suas referências norteadoras da prática cotidiana.

A Constituição Federal através do artigo 210 assegura às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem; a LDB oportuniza a educação específica. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. Uma educação que considere estes aspectos na interface com a sociedade envolvente, faz com que o desafio da escola indígena seja o de trabalhar com a cultura, mas não perder de vista a relação que se tem com a sociedade envolvente.

Diante disso, a escola tem um importante lugar/função na vida das comunidades indígenas kaingang, porém estas conquistas não podem ficar apenas no nível declarativo, é necessário que o Estado cumpra as determinações legais e defina junto com as comunidades indígenas, políticas públicas de educação que garantam a efetivação de uma educação específica e de qualidade. Mas, que a participação indígena seja efetiva e legítima e não um instrumento para avalizar as iniciativas e decisões já pré-determinadas pelo Estado.

A educação escolar, pensada em conjunto com os sujeitos do processo, professores, alunos e comunidade, possibilitará a relação entre educação escolar e a vida. Essa dimensão histórica, na medida em que se trabalhar com os conhecimentos provenientes das comunidades kaingang junto aos conhecimentos oriundos da sociedade ocidental na qual a comunidade está inserida, esta relação, bem articulada, poderá garantir avanços na educação escolar.

O currículo deve ser elaborado segundo os conhecimentos tradicionais da comunidade, sempre associados aos conhecimentos de outras culturas, colocadas estas questões, há que se observar também que a educação escolar nas comunidades indígenas é muito conflituosa, pois, além das contradições que são inerentes à educação, de modo geral, estas comunidades vivem constantemente em luta pela sobrevivência, pela terra, por garantia de direitos, pela manutenção de sua identidade étnica, enfrentando projetos que lhes são impostos. Enfim, nestas comunidades estão presentes todos os problemas que afetam os menos favorecidos da sociedade brasileira.

Para garantir a especificidade de nossa educação escolar e modalidade de ensino, são elementos básicos para funcionamento destas esco-

las: ser de uso exclusivo das comunidades indígena, por meio do ensino ministrado em suas línguas maternas, e contando com uma organização escolar própria. A educação diferenciada significa que os indígenas têm o direito de utilizar a língua materna nas escolas e introduzir no ambiente escolar seus conhecimentos, práticas e saberes.

A educação escolar nas comunidades indígena, concebida e padronizada como um projeto único pelo Estado rompe com a dinâmica da educação familiar. O conhecimento adquirido e construído na convivência com os pais e familiares, é substituído ao longo da vida escolar por padrões, normas e valores bem distintos, desvalorizando e descaracterizando os valores culturais já adquiridos.

Esta organização escolar autônoma deveria ser elaborada com a participação da comunidade indígena, com calendário escolar próprio, consideração as estruturas sociais, práticas socioculturais e religiosas, atividades econômicas, metodologias que levem em conta formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem. Além disso, tem o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos com as características particulares de cada povo ou comunidade, suas realidades sociolingüísticas e os conteúdos curriculares especificamente indígenas, alicerçados nos modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena.

Assim constituídas, estas escolas deverão contar com regimentos escolares próprios e projetos-político-pedagógico construídos com a participação das comunidades indígenas junto com a comunidade escolar. A gestão das escolas deverá estar a cargo dos professores indígenas, seja política, administrativa e pedagogicamente.

Porém, infelizmente, as escolas têm uma prática de reprodução do mesmo processo de ensino do período da catequização e dos positivistas do SPI, integracionista, isto é, preparar o índio para a “civilização”, com a gestão escolar entregue nas mãos de professores não-indígenas, na terra indígena Guarita todos os diretores das escolas são professores não indígenas despreparados e com grande carga de preconceito, muitas vezes em fim de carreira.

Mais ainda, a escola reproduz a idéia de individuo e do individualismo, uma idéia central na escola da cultura ocidental. A escola incentiva a construção do individualismo no seio das comunidades, pondo em conflito valores dos próprios indígenas. Sabemos que umas das características básica das comunidades Kaingang é a reciprocidade. Essa situação concreta impossibilita a prática de educação escolar especifica, diferenciada e de qualidade.

A educação diferenciada significa que os indígenas têm o direito de utilizar a sua língua materna nas escolas e introduzir no ambiente escolar seus conhecimentos, práticas e saberes. Legalmente, a educação indígena, no Brasil é bastante avançada, o que falta é sair do plano teórico e ser de fato praticada.

Porém, a política educacional nas maiorias das Secretarias de Educação ainda apresenta enorme resistência em aceitar tais mudanças como, por exemplo, calendários diferenciados, nas escolas indígenas. A legislação garante que se uma comunidade realiza seus rituais ou há épocas em que boa parte dos seus membros sai para atividades que envolvam seu modo de ser, a escola deve se adaptar a essas atividades cotidianas.

Então é preciso garantir a autonomia político-administrativo-pedagógica das escolas indígenas. Este envolve a questão da proposta curricular, da organização da escola, da formação do professor, no entanto, a efetivação desses como protagonistas, junto com as lideranças, pais e mães em formular o projeto político ainda é um desafio. Porque a tradição da educação ocidental é de propor padrões muito homogeneizantes, sem considerar as diferenças.

Um dos maiores desafios se houver vontade da política pública, é conseguir formar membros das comunidades para que eles possam assumir as salas de aula e principalmente a **gestão** das escolas indígenas. Isso levaria a práticas que garantam o específico entre eles; o ensino bilíngue, ou seja, na língua materna e o português, pois, em muitas escolas indígenas kaingang essa prática é insignificante, na maioria das vezes usando somente a língua portuguesa.

A infra-estrutura das escolas é outro fator que dificulta a aprendizagem. As maiorias das escolas kaingang de Guarita funcionam de forma improvisada, com sala de aulas pequenas e com grande número alunos prensada como sardinhas em lata. Nas bibliotecas os livros são os vindos do Ministério da Educação, fora da realidade onde as escolas então localizadas.

Além disso, chamo atenção mais uma vez para a formação dos professores indígenas, mas também é muito importante a formação dos técnicos que são responsáveis pela execução das políticas públicas que é um do fator-chave. A falta de qualificação dos gestores nas secretarias é gritante para a questão da diversidade da educação. Além disso, as descontinuidades políticas que mudam a cada governo dificultam a consolidação do processo. A cada mudança de governo começa tudo novamente, essa alternância dos técnicos inviabiliza a qualquer processo, pois



não temos uma cultura de acumular experiência nas ditas sociedades democráticas.

Apesar do avanço dado com a criação das escolas indígenas kaingang, esqueceu-se de uma parte importante, a criação da categoria do professor indígena e sua formação, não mesmos importantes a formação do não-indígenas, aliás, esses últimos hoje não possuem a mínima condição de atuar em escolas de ambiente diferente. É preciso então, criar a categoria professor indígena, no plano de carreira do ensino público. Dessa forma garantindo concurso diferenciado como diz a legislação, só então a gestão escolar estaria a cargo dos professores indígenas.

O planejamento de uma política pública de educação não pode ignorar essas situações colocadas. Se a escola quiser atender as expectativas de revitalização cultural, lingüística e a sustentabilidade dos Kaingang, ela não pode simplesmente ficar repetindo o modelo assimilacionista, na qual simplesmente repassa informação ou conhecimentos já prontos e acabados para os alunos. Na verdadeira escola indígena, o que acontece na sala de aula não está desvinculado da vida cotidiana da comunidade, portanto, devemos apropriar do processo pedagógico, e isto significa fazermos educação indígena na escola, ou melhor, trazer a educação indígena para o espaço escolar, assim vamos ter educação escolar indígena de fato.

O Brasil tem um cenário marcado pelo neoliberalismo com suas contradições e a globalização é uma realidade. Assim sendo, comprometem e dificultam o projeto tão desejado de autonomia dos povos indígenas, porém, a política pública para os indígenas, na área da educação vem sendo gradativamente implementada. Com indicativos de que o crescente movimento indígena venha atuar no sentido de garanti-la como um avanço em favor de suas lutas próprias, rumo à afirmação da identidade étnico-cultural de cada povo na construção do seu projeto de futuro.

Desde a colonização a educação tem sido um elemento relevante nas formas de contato dos brancos em relação aos índios. Os esforços de catequização dos jesuítas até as políticas integracionistas, a educação foi usada com o objetivo de impor a cultura. Por parte dos índios, mesmo com todas as perdas, eles não sucumbiram completamente ao dominador, deve-se admitir que a comunidade indígena é uma comunidade educativa e de muita resistência.

Percebe-se que, os Kaingang carecem de uma política pública de educação escolar que garanta a transmissão de conhecimentos para sua sobrevivência como povo etnicamente diferente, cultural e

linguisticamente. É importante observar que o contato com a sociedade envolvente, os indígenas têm diminuído muito o uso de sua língua materna e suas práticas culturais, deixando mais evidente a importância da educação escolar diferenciada. Por fim, Só para lembrar, a formação dos professores é uma das garantias legais presente na legislação brasileira.

Embora sejam perceptíveis os avanços educacionais para as populações indígenas nas últimas décadas, o ensino escolar ainda carece muita atenção. Então, muito ainda tem que ser feito para que se consigam colocar em prática a legislação e também tenham cada vez mais autonomia junto às esferas do poder público para opinar quanto às políticas que os afetam diretamente e, para que se efetive na prática a escola preconizada pela legislação, de modo que as escolas em terras indígenas estejam a serviço desses povos e garanta os projetos de futuro das etnias indígenas.

**Recebido em 25 de junho de 2010**

**Aprovado para publicação em 2 de julho de 2010**